



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Livre da cadeia, mas todo enrolado

Torres é solto após ficar quase quatro meses na prisão por suposta omissão nos ataques extremistas de 8 de janeiro. O ex-secretário ainda é suspeito no caso da minuta golpista e das operações da PRF no segundo turno das eleições

» HENRIQUE LESSA
» RENATO SOUZA

Minervino Junior/CB/D.A. Press



Torres terá de cumprir outras medidas cautelares, como não manter contato com demais investigados no caso nem acessar redes sociais

O ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres deixou, ontem à noite, o 4º batalhão da Polícia Militar do DF (PMDF), onde estava preso desde 14 de janeiro por suspeita de omissão nos atos golpistas de 8 de janeiro. Ele vai ser monitorado por tornozeleira eletrônica e terá de cumprir outras medidas cautelares — está proibido de manter contato com outros investigados no caso, de acessar as redes sociais e de se ausentar do Distrito Federal, além de ter de permanecer em casa durante a noite e aos fins de semana.

O comboio que levou Torres direto para sua residência, no Jardim Botânico, em Brasília, saiu pouco depois das 21h e foi escoltado por viaturas da PMDF. Evitando os fotógrafos, o ex-secretário e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro embarcou no carro longe dos fotógrafos, dentro de uma garagem do batalhão.

Após a decisão de soltura de Torres, determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a defesa divulgou nota na qual afirma que o maior interessado no esclarecimento dos fatos é o próprio ex-secretário.

“Recebemos com serenidade e respeito a decisão do ministro Alexandre de Moraes de conceder liberdade ao dr. Anderson Torres, que se encontrava preso desde o dia 14 de janeiro. A defesa reitera sua confiança na Justiça e seu respeito irrestrito ao Supremo Tribunal Federal. O maior interessado

na apuração célere dos fatos é o próprio Anderson Torres”, diz o comunicado, assinado pelo advogado Eumar Novacki.

Depressão

O despacho com o alvará de soltura foi expedido na tarde desta quinta-feira. Na peça, Moraes afirma que o pedido de liberdade para Torres, feito pela defesa, não foi atendido antes por conta das investigações em curso.

Ainda por ordem de Moraes, estão suspensos o passaporte e as autorizações de posse e porte de armas de fogo do ex-ministro. Ele também ficará afastado do cargo de delegado da PF até que o caso seja julgado pela Corte.

No pedido de soltura, a defesa de Torres alegou que ele sofre de problemas de saúde, como depressão, e perdeu peso de maneira significativa durante a prisão. Os advogados chegaram a falar em risco de suicídio.

O ex-ministro foi detido ao retornar dos Estados Unidos, país no qual ingressou dois dias antes dos ataques golpistas. As investigações apontam que ele não teria atuado nos esquemas de segurança nem repassado informações importantes ao governador Ibaneis Rocha e outras autoridades, que poderiam servir para planejamento das forças de segurança. Além disso, teria dado folga a comandantes de batalhões importantes da PM no dia dos atentados.

Nos bastidores do Supremo, ele é visto como um dos principais responsáveis pelas fragilidades que permitiram aos extremistas alcançarem os prédios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e da Corte. Os golpistas praticamente não encontraram resistência para furar o bloqueio policial.

Torres também é alvo de investigação por causa da minuta do golpe, documento encontrado na casa dele, que previa a



A defesa reitera sua confiança na Justiça e seu respeito irrestrito ao Supremo Tribunal Federal. O maior interessado na apuração célere dos fatos é o próprio Anderson Torres”

Trecho da nota da defesa

decretação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e prisão de magistrados. Ele é alvo de apuração, ainda, devido às ações deflagradas no Nordeste, pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), no segundo turno das eleições. As operações dificultaram o acesso de eleitores às seções da região, onde o PT tem hegemonia — na época, Torres era ministro da Justiça.

Em depoimento à PF, o ex-secretário negou envolvimento nos atos extremistas, disse que “é um democrata” e que nunca apoiou qualquer tentativa de golpe de Estado ou ataques aos Poderes constituídos. Também negou que tenha ocorrido ingerência dele sobre as forças de segurança no DF.

O caso deve ser julgado pelo plenário do STF, como ocorre com outros acusados dos ataques.

Da viagem aos EUA à prisão no Batalhão da PM

6 de janeiro
Então secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres embarca em direção aos Estados Unidos

7 de janeiro
Ex-ministro da Justiça de Bolsonaro chega a solo norte-americano e se hospeda em Orlando

8 de janeiro
Golpistas bolsonaristas invadem e depredam o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF)

9 de janeiro
Governador Ibaneis Rocha

exonera Anderson Torres, antes de ser afastado do cargo pelo ministro Alexandre de Moraes

10 de janeiro
Moraes recebe informações de que Torres não alertou sobre os riscos da manifestação extremista e determina a prisão dele

12 de janeiro
Polícia Federal encontra minuta do golpe na casa de Torres. O documento previa a decretação de estado de defesa no TSE

14 de janeiro
Torres desembarca em Brasília e é preso pela PF ainda no aeroporto

Ed Alves/CB/D.A. Press



14 de janeiro
Após passar pelo Instituto Médico Legal e pela PF, o ex-secretário é levado ao batalhão da Polícia Militar no Guarã

17 de abril
Procuradoria-Geral da República (PGR) defende que Torres seja liberado do cárcere

18 de janeiro
Fernando de Sousa Oliveira, ex-número 2 da SSP, diz à PF que Torres aprovou plano de ação do dia dos ataques

Ed Alves/CB/D.A. Press



20 de abril
Moraes (foto) nega pedido de liberdade de Torres, defesa recorre

28 de abril
Barroso nega novo habeas corpus apresentado pela defesa do ex-secretário

6 de maio
Senadores visitam Torres e afirmam que ele perdeu peso e está abatido

11 de maio
Moraes expede mandado de soltura mediante monitoramento eletrônico

Réus por armar bomba são sentenciados

» DARCIANNE DIOGO

Os dois homens acusados de envolvimento em uma tentativa de atentado a bomba no Aeroporto Internacional de Brasília foram condenados à prisão pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). George Washington de Oliveira recebeu pena de nove anos e quatro meses de reclusão, e Alan Diego dos Santos Rodrigues, de cinco anos e quatro meses. Eles estão detidos no Complexo Penitenciário da Papuda desde janeiro.

O **Correio** teve acesso à sentença assinada pelo juiz Osvaldo

Tovani e proferida ontem. Em depoimento, George confessou que recebeu o artefato explosivo em 23 de dezembro do ano passado e fez a montagem no mesmo dia. Depois, entregou a bomba a Alan.

Ainda com base na sentença, os dois condenados se conheceram em frente ao QG do Exército, local onde Alan recebeu o artefato em uma caixa de papelão. “O vínculo entre ambos é inegável, afinal, no interior da caminhonete de George foi encontrada impressão digital de Alan”, frisou o magistrado.

Alan também confessou o crime à polícia e confirmou ter recebido o explosivo. Ele foi o

responsável por colocá-lo no para-lama de um caminhão-tanque, próximo ao aeroporto. As imagens colhidas por investigadores da Polícia Civil do Distrito Federal mostraram a ação do extremista.

Depois de deixar a bomba no local, Alan acionou o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, informando, numa das ligações, que tinha visto um artefato numa carreta de combustível em frente ao terminal. No segundo telefonema, disse ter visto uma moça correndo apavorada depois de ver uma bomba no automóvel.

George foi preso por agentes da 10ª Delegacia de Polícia

(Lago Sul) em 25 de dezembro. O caso passou a ser investigado pela Delegacia de Repressão ao Crime Organizado, vinculada ao Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (Draco/Decor), que chegou ao encalço de Alan.

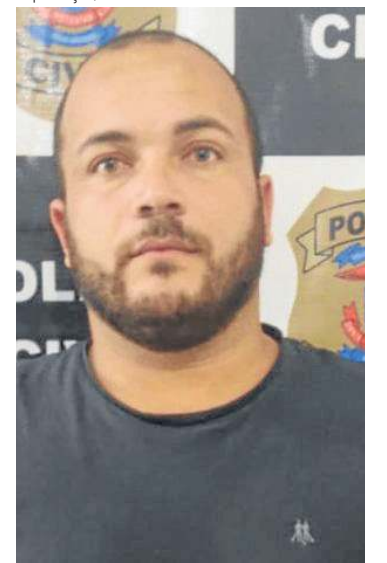
“Os acusados se defenderam presos. Não há fato novo que justifique a revogação do decreto prisional. As circunstâncias dos fatos indicam periculosidade concreta. Presente, ainda, a necessidade de preservar a ordem pública, mantendo a prisão preventiva de ambos os acusados”, enfatizou o juiz.

Reprodução/Redes sociais



George Washington foi condenado a nove anos e quatro meses

Reprodução/Twitter



Alan Diego pegou cinco anos e quatro meses de prisão